

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 14, de 2011

Autoria: Senador Vital do Rêgo (MDB/PB)

Iniciativa:

Ementa:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e CCJ a compra de terras no Brasil por estrangeiros, com a participação dos seguintes convidados: representante da Advocacia-Geral da União; representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e MAPA; Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do INCRA; representante do Ministério Público Federal; e representante do Ministério do Meio Ambiente.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 20/04/2011 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Matérias Relacionadas:

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 37 de 2011

TRAMITAÇÃO

20/04/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Reunida a Comissão em 20/4/2011, é lido pelo Presidente da Comissão, Senador Eunício Oliveira, o Requerimento nº 14/2011, de iniciativa do Senador Vital do Rêgo.
A Comissão aprova o Requerimento nº 14/2011-CCJ.

DOCUMENTOS

RQJ 14/2011

Data: 20/04/2011

Autor: Senador Vital do Rêgo (MDB/PB)

Local: null

Descrição/Ementa: Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e CCJ a compra de terras no Brasil por estrangeiros, com a participação dos seguintes convidados: representante da Advocacia-Geral da União; representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e MAPA; Sr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do INCRA; representante do Ministério Público Federal; e representante do Ministério do Meio Ambiente.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 14, de 2011